

RADAR SOCIOAMBIENTAL

Nº07 Outubro 2016



A 8ª Cúpula dos BRICS

Diretrizes e Contexto



Documentos Finais e Resultados

Memorandos de Entendimento e Declaração de Goa



People's Forum e BRICS Civil Forum

Debates e Desafios



PLATAFORMA
SOCIOAMBIENTAL



A 8ª Cúpula dos BRICS

Diretrizes e Contexto

Os chefes de Estado de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul reuniram-se em Goa, na Índia, nos dias 15 e 16 de outubro, durante a 8ª Cúpula dos BRICS. Intitulada *Building Responsive, Inclusive and Collective Solutions*, a Cúpula teve como [principais diretrizes](#) o estímulo ao aprofundamento da institucionalização com vistas a aprofundar a cooperação dos países BRICS, a implementação de medidas definidas nas cúpulas anteriores, a integração dos mecanismos de cooperação existentes, o incentivo à inovação e, por fim, a garantia de continuidade das iniciativas previamente acordadas.

Tendo em vista o contexto de incertezas acerca da recuperação econômica global e o descompasso entre os índices de crescimento apresentados pelos cinco membros do bloco, buscou-se explorar medidas de estímulo ao crescimento econômico dos BRICS e aprofundar a cooperação intrabloco, especialmente, em áreas como comércio, aduanas e formação de diplomatas. Na ocasião, [os líderes](#) ainda debateram sobre possíveis soluções para os desafios globais contemporâneos e acerca de estratégias de reforma dos mecanismos de governança global, com vistas a torná-los mais representativos para os países do Sul.

Somados às cúpulas anuais de alto nível, o BRICS também conta com uma extensa agenda de encontros ministeriais, reuniões de grupos de trabalho e foros *people-to-people*. A 8ª Cúpula dos BRICS foi precedida, portanto, por diversos desses eventos, todos sediados na Índia, país que ocupa atualmente a presidência do bloco. Entre esses, destacam-se o *People's Forum* e o *BRICS Civil Forum*, ambos voltados à criação de um canal regular de comunicação entre as sociedades dos cinco países.

Essa edição do RADAR dedica-se, assim, à análise de duas temáticas distintas acerca dos BRICS: enquanto a próxima seção será voltada à breve apresentação dos resultados alcançados e do conteúdo dos documentos assinados durante a Cúpula oficial dos BRICS em Goa, a segunda seção

apresenta algumas reflexões referentes às duas cúpulas paralelas da sociedade civil: o *People's Forum* e o *BRICS Civil Forum*.



Documentos Finais e Resultados

Memorandos de Entendimento e Declaração de Goa

A 8ª Cúpula dos BRICS resultou na assinatura de uma [declaração conjunta](#), de um [Plano de Ação](#), além de [três Memorandos de Entendimento](#) (Mou) nas áreas de formação diplomática, financeira e de pesquisa agrícola. Em Goa, estabeleceu-se, ainda, a criação do Comitê de Cooperação Aduaneira como um corpo permanente do BRICS, visando aprofundar os laços comerciais entre seus Estados membros.

O [MoU de Cooperação Mútua entre Academias Diplomáticas](#) busca estimular a criação de programas e projetos conjuntos, aperfeiçoar o treinamento e os estudos dos diplomatas, promover a transferência de conhecimentos e experiências entre os corpos diplomáticos dos BRICS, além do compartilhamento de métodos de ensino, de modo a garantir formação de excelência aos profissionais da diplomacia de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

O [MoU para o Estabelecimento de uma Plataforma de Pesquisa Agrícola dos BRICS](#) foi assinado pelos seus respectivos Ministros da Agricultura e dispõe sobre a criação de uma plataforma conjunta que reúna estudantes, pesquisadores e acadêmicos com vistas a promover o desenvolvimento agrícola por meio do compartilhamento de *know-how* e o incentivo à inovação. A iniciativa visa promover a cooperação em pesquisa em temas como comércio agrícola, biossegurança e resiliência agrícola frente às mudanças climáticas.

Já o [MoU destinado ao setor financeiro](#) foi assinado pelos representantes dos bancos de desenvolvimento dos membros do BRICS e do *New Development Bank* (NDB), também conhecido como Banco de Desenvolvimento dos BRICS. O documento apontou para as crescentes transações financeiras entre os países do bloco e sublinhou a importância da cooperação para a promoção do

desenvolvimento sustentável e do crescimento econômico inclusivo. O memorando sinaliza, por conseguinte, o aprofundamento da cooperação em áreas de interesse mútuo a partir de medidas como o financiamento de projetos, a criação de linhas de crédito, a emissão de títulos, a criação de parcerias públicas e privadas (PPPs), o compartilhamento de experiências e conhecimento em áreas como assistência técnica e o desenvolvimento de políticas e procedimentos alinhados a padrões ambientais e sociais, além da promoção de encontros e diálogos regulares entre as partes.

Enquanto os MoU's dedicam-se a temáticas mais específicas, o conteúdo da [Declaração de Goa](#) – principal documento assinado durante a Cúpula – mostra-se deveras abrangente. Composta por 110 parágrafos e aprovada por unanimidade pelos cinco países, a Declaração versa sobre os mais variados temas como a reforma dos organismos multilaterais, o combate ao terrorismo, o uso pacífico do espaço, a igualdade de gênero, o desenvolvimento sustentável, a pobreza e o desenvolvimento.

O documento faz claras referências às demandas previamente apresentadas pelos países do Sul nos foros multilaterais, como a necessidade de promover transformações na arquitetura do sistema internacional e, no que diz respeito à Agenda 2030, conclama os países desenvolvidos a cumprirem com seus compromissos de direcionar 0,7% de seu Produto Interno Bruto (PIB) à Assistência Oficial ao Desenvolvimento¹, ajuda essa vista como essencial para garantir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis.

A Declaração também destacou a necessidade de garantir a segurança alimentar e eliminar a fome e a pobreza por meio do aumento da produtividade agrícola, do gerenciamento sustentável dos recursos naturais, da cooperação entre os países BRICS e do compartilhamento de experiências e tecnologias. No que diz respeito às questões ambientais, os BRICS reconheceram a importância de atuarem em conjunto nos foros de negociação multilateral e saudaram a aprovação do Acordo de Paris², ressaltando a importância dos princípios da equidade e das responsabilidades comuns, porém diferenciadas e das respectivas

¹ Conhecido oficialmente como *Official Development Assistance*.

² Dentre os países BRICS, a África do Sul e Rússia ainda estão em processo de ratificação do Acordo de Paris.

capacidades. No documento, os chefes de Estado felicitaram, ainda, a decisão de seus ministros de meio ambiente de promover o compartilhamento de experiências e conhecimentos técnicos no que concerne o controle da poluição aérea e hídrica e o gerenciamento sustentável da biodiversidade. Já o artigo 54 da [Declaração de Goa](#) causa preocupação, já que aponta a energia nuclear como uma das soluções para frear a crise climática.

A Declaração de Goa também caracteriza os BRICS como um ator de grande influência no âmbito internacional e, portanto, capaz de conferir às suas populações benefícios diretos. O documento cita como exemplos a atuação do NDB e do *BRICS Contingent Reserve Arrangement* (CRA), vistos como instituições que contribuem para a reforma da arquitetura financeira internacional. Além disso, a Declaração de Goa celebra a possibilidade da criação de uma agência de *rating* dos BRICS.

O documento também saúda os relatórios realizados pelo Fórum Acadêmico dos BRICS e pelo Conselho de *Think-Thanks* dos BRICS, vistos como espaços para o intercâmbio de visões e a promoção do debate entre especialistas. No mais, a Declaração também saudou os encontros *people-to-people* e eventos de alto nível ocorridos nas áreas ambiental, da saúde, de trabalho e emprego, da educação, de segurança, diplomática, da ciência e da tecnologia, agrícola, de telecomunicação, de gerenciamento de desastres, da juventude, de migração, de urbanização e do turismo citando as declarações finais que foram frutos de alguns desses encontros.



People's Forum e BRICS Civil Forum

Propostas e Desafios

O *People's Forum* sobre os BRICS aconteceu entre os dias 13 e 15 de outubro em Goa, antecedendo a Cúpula de alto nível. Tal fórum possui como [principal objetivo](#) promover um espaço de debate para os movimentos sociais, a academia e a sociedade civil dos cinco Estados membros e criar laços de

solidariedade e de resistência entre esses a partir do compartilhamento de experiências.

O fórum deu continuidade aos espaços de debate e convergências realizados em Durban, África do Sul, em 2013 e em Fortaleza, Brasil, em 2014. Participaram das atividades em Goa em torno de 500 representantes de movimentos e organizações sociais de vários países. Foram realizadas diversas oficinas e debates, cujos consensos e resoluções foram publicados na declaração final *Building Solidarities for Social, Economic and Environmental Justice*.

Na declaração do People's Forum on BRICS, assinada por diversas organizações da sociedade civil indiana e internacionais, foram tecidas críticas às instituições dos BRICS, como o NDB e o CRA, por entender-se que essas não desafiam a atual arquitetura do sistema financeiro internacional, como o Banco Mundial (BM), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o *Asian Development Bank* (ADB). Ao contrário, as instituições financeiras criadas pelos BRICS, de acordo com o documento, parecem trabalhar em complementaridade e de forma colaborativa com a estrutura financeira vigente, mostrando-se, assim, incapazes de conferir benefícios reais às suas populações.

O documento evidencia, também, as preocupações das organizações sociais reunidas em relação à expansão da economia extrativa em todos os cinco países. Tal atividade resulta em um alto grau de poluição e degradação ambiental, de forma a aprofundar as injustiças ambientais, a pobreza e a desigualdade nestes países. O Fórum terminou com mensagens de solidariedade entre os participantes e com declarações de apoio às sociedades civis de países como o Brasil, que passam por crises institucionais e democráticas.

Já o BRICS *Civil Forum* ocorreu nos dias 3 e 4 de outubro, em Nova Deli. O evento, que ocorreu cerca de duas semanas antes da Cúpula, tinha como [principal objetivo](#) garantir o diálogo entre a sociedade civil e os representantes governamentais em áreas como saúde, pobreza, segurança humana e alimentar, entre outras.

A Plataforma Socioambiental do BRICS Policy Center (BPC) contou com dois representantes nesse evento: os pesquisadores Sérgio Velloso e Alice Vogas

Amorim. Em entrevista, ambos comentaram sobre as suas percepções sobre o fórum.

De acordo com Alice Vogas Amorim, consultora do GIP - Gestão de Interesse Público – e integrante da Plataforma Socioambiental, o BRICS *Civil Forum* configurou-se como um encontro protocolar, à medida que não apresentou debates sobre a construção de uma visão coletiva do bloco, do seu significado geopolítico para além de reforçar o argumento da necessidade de uma reforma do sistema financeiro internacional: “Havia muito poucos representantes de cada um dos países, exceto Índia, claro, e o formato proposto não favorecia um intercâmbio efetivo entre os países. De maneira geral, saiu-se com muitas constatações dos desafios comuns ao BRICS, mas poucas - para não dizer nenhuma - solução de como os países poderiam resolvê-los coletivamente. O encontro foi marcado por uma retórica de um “modelo de desenvolvimento alternativo dos BRICS”, mas não ficou claro de maneira nenhuma quais são as bases desse modelo”.

Amorim destacou, ainda, que o objetivo de institucionalização do *Civil Forum* como espaço de diálogo parece não ter evoluído muito em sua 2ª edição, tendo em vista os obstáculos à ampla e livre participação social e à pluralidade de vozes, notados em Nova Deli: “Tanto que o processo sequer é citado no documento oficial da cúpula e nenhuma das suas recomendações foi encampada pelos chefes de Estado”. A falta de transparência também é apontada como uma fragilidade marcante, tendo em vista a dificuldade de acesso a informações públicas sobre o evento. Segundo ela, as perspectivas para a próxima edição do Civil BRICS, que acontecerá sob a égide da China, não são nada animadoras.

De acordo com Sérgio Velloso, pesquisador do BPC, enquanto a primeira edição do BRICS *Civil Forum*, realizada na Rússia, foi marcada por problemas de legitimidade e autoritarismo por parte do governo local – que estipulou quais organizações poderiam atuar em seu território, fazendo com que muitos se recusassem a participar do evento – na Índia, notou-se maior número de entidades participantes. Todavia, conforme destaca Velloso, acontecimentos repentinos como mudanças na programação do evento – com a exclusão de organizações da sociedade civil indianas e brasileiras - e a participação

inesperada de um parlamentar indiano, demonstraram que o *BRICS Civil Forum* tratou-se apenas de um evento protocolar, controlado pelo governo da Índia.

Tendo em vista tais constrangimentos, Velloso afirma: “ficou claro que investir na relação direta Estado e sociedade civil, dado o nível de autoritarismo e a qualidade das democracias, é perda de tempo. Na Declaração de Goa, faz-se menção a todos os foros que fazem parte da agenda de eventos oficiais dos BRICS, com exceção do Fórum da sociedade civil e do *People’s Forum*. Não existe uma agenda de sociedade civil para os BRICS, os BRICS são um projeto de Estado”.

Conclusões

Tendo em vista a análise dos principais documentos assinados durante a 8ª Cúpula dos BRICS e o testemunho dos entrevistados que participaram *BRICS Civil Fórum*, pode-se concluir que a agenda do bloco encontra-se, ainda, impermeável às demandas de suas sociedades. A omissão dos encontros das organizações da sociedade civil no documento final da Cúpula contrasta com a menção, nesse mesmo documento, a todos os outros eventos que fazem parte da agenda oficial do BRICS. Somado a esse cenário, os problemas de transparência e as medidas limitadoras adotadas pelos governos dos países sede parecem corroborar com a percepção de que eventos como o *BRICS Civil Forum* possuem apenas função protocolar. Já o *People’s Forum* não tem por objetivo o diálogo com os governos, e sim intra-sociedade civil dos países BRICS. A iniciativa é positiva no sentido de buscar convergências entre as lutas locais e das propostas que vêm sendo construídas no seio da sociedade civil desses países, mas esbarra na dificuldade de envolver organizações sociais de países como Rússia e China, assim como nos obstáculos de se criar uma agenda comum de médio prazo, que não fique restrita às Cúpulas oficiais.

Infere-se, por conseguinte, que, a despeito da presença de questões socioambientais relevantes na pauta do bloco, como a segurança alimentar, o combate à fome e à pobreza, a promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo e o fortalecimento democrático, fica claro que os BRICS não priorizam a criação de medidas para ampliar a participação social e atingir tais fins a partir

do diálogo com as suas sociedade civil - de modo a tomar conhecimento de suas demandas e dos desafios enfrentados - deixando claro o *déficit* democrático verificado no processo de construção da agenda do bloco.

Fontes

BRICS 2016 Website Oficial. 8th BRICS Summit. (25/10/2016) goo.gl/lwICJu

BRICS CIVIL FORUM. CIVIC BRICS urges BRICS to broaden Agenda to focus on Inclusive Development. (28/10/2016). goo.gl/bnphLp

GOA ACTION PLAN. (26/10/2016). goo.gl/uhRJXu

GOA DECLARATION. (25/10/2016). goo.gl/kUKWNB

ITAMARATY Website Oficial. VIII Cúpula do BRICS - Goa, Índia, 15 e 16 de outubro de 2016 – Atos assinados [Inglês]. (24/10/2016) goo.gl/T4h6NE

NEW DEVELOPMENT BANK. Spotlight: Xi's Goa Trip Expected to Bring Vitality to BRICS Cooperation. (26/10/2016) goo.gl/0wH1PO

PEOPLE'S FORUM ON BRICS. About the Forum. (27/10/2016). goo.gl/HKWqy9

THE TIMES OF INDIA. BRICS-BIMSTERC outreach summit today. (26/10/2016) goo.gl/fsU3mc

Radar Socioambiental

O Radar Socioambiental é uma publicação mensal com foco em notícias ambientais relacionadas aos cinco países do bloco BRICS. A cada mês um tema é escolhido e notícias sobre o assunto serão publicadas.

Website: <http://bricspolicycenter.org/plataformasocioambiental>

E-mail: plataformasocioambiental@bricspolicycenter.org

Elaboração

Beatriz Mattos e Júlia Rosa

Equipe Plataforma Socioambiental

Coordenação

Paulo Esteves

Pesquisadora

Maureen Santos

Pesquisadora Assistente

Beatriz Mattos

Consultoria GIP

Alice Amorim

Iniciação Científica

Júlia Rosa

Realização



Parceria



Apoio



Rua Dona Mariana, 63 – Botafogo – Rio de Janeiro / RJ
Telefone: (21) 2535-0447 | CEP/ZIP CODE: 22280-020
www.bricspolicycenter.org | bpc@bricspolicycenter.org